



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

REGIANE ARAUJO PINTO

**O ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO
DOCENTE**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2025**

Regiane Araújo Pinto

O estágio nos anos iniciais: contribuições para formação docente

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de licenciado em Pedagogia

Orientador (a): Prof.^a Dra. Luciane Silva de Souza

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P659e Pinto, Regiane Araújo.

O estágio nos anos iniciais: contribuição para a formação docente. / Regiane Araújo Pinto. – Miracema, TO, 2025.

54 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2025.

Orientadora : Luciane Silva de Souza

1. Educação. 2. Estágio. 3. Anos iniciais. 4. Formação docente. I.
Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

REGIANE ARAÚJO PINTO

O ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS:
CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DOCENTE

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dr.(a) Luciane Silva de Souza, Orientadora - UFT

Prof.(a) Dr.(a) Layanna Giordana Bernardo Lima, Examinadora - UFT

Prof.(a) Msc. Maria das Graças Pereira Silva, Membro externo - SEDUC/TO

Agradeço a todos os docentes, amigos, colegas e familiares que me apoiaram nessa grande trajetória até aqui. Estou imensamente feliz em realizar mais um sonho.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Darci Maria, e meus irmãos Raquel e Roberto, que acreditaram no meu potencial e estiveram comigo em todos os meus desafios nesses anos, pessoas admiráveis e imprescindíveis nessa caminhada quanto a minha constituição profissional e pessoal. Obrigada por todas as palavras, por todo amor e preocupação que sempre demonstraram ter. Vocês são meu alicerce, minha força e meu tudo. Sem vocês eu não seria quem sou hoje, e jamais teria alcançado tudo o que conquistei até hoje! Obrigada por sempre torcerem por mim e estarem presentes a cada etapa de minha vida. Amo muito vocês!

Ao meu namorado Alcides França, por todo o carinho, compreensão, apoio e, principalmente, pela paciência e companheirismo. Obrigada por ter entrado em minha vida e transformado toda minha história.

Ao amigo Danilo que conquistou meu apreço desde o dia da prova do Enem e da matrícula no Curso de Pedagogia, por ser ele com quem compartilhei os momentos universitários, o estresse de trabalhos e provas, por ser ele com quem vivenciei alegrias, conquistas e alguns desafios, por dividirmos sensações, sentimentos e muita saudade.

Minha eterna gratidão pela vida da minha amiga Leandra Ribeiro, sem você minha vida acadêmica não seria a mesma. Pelas risadas, abraços e muitas conversas que acalmaram toda a minha tensão durante esses anos.

Meu grupo de trabalhos acadêmicos ficará guardado em meu coração, amigas Alcina, Marcia e Tatiane, juntas superamos grandes desafios, e chegamos até aqui, que sempre me deram força nesta trajetória como futura pedagoga, e por estarem comigo nestes anos. Obrigada por sempre mandarem mensagens, e por sempre me receberem com tanto carinho, amizade e consideração.

Minha dupla de apoio em sala, Gabriel Furtado e Rafaela Belém, minha eterna gratidão pelas suas vidas.

Aos meus colegas, amigos de outros cursos, e projetos de extensão, por todas as vivências e troca de experiências, pelas conversas, pela amizade, e pelos momentos universitários.

A todos os docentes que fizeram parte da minha trajetória acadêmica em especial a minha orientadora. Enfim, meu muito obrigada a todos que contribuíram direito e indiretamente até aqui.

RESUMO

O estágio na formação docente para os anos iniciais, proporciona o contato direto dos licenciandos com o ambiente escolar nesta etapa da educação básica, e isto proporciona momento de aprendizagem e experiência no curso de licenciatura em Pedagogia. Dessa forma, objetiva-se compreender os impactos do estágio curricular obrigatório na formação docente dos estudantes de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, para atuarem nos anos iniciais. Os discentes que estão nesse processo, precisam compreender os impactos do estágio curricular obrigatório quando estão em processo de formação, buscando pesquisar a identidade do docente através da trajetória histórica, cultural e social no curso de pedagogia. Pensar os aspectos legais das legislações da formação do docente na Base Nacional Comum Curricular, na Lei de Diretrizes e Base, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para educação básica, nas Diretrizes Curriculares para o curso de pedagogia a fim de compreender as implicações da formação docente inicial. Nesse sentido, a pergunta problema deste Trabalho de Conclusão de Curso é: Quais as contribuições do estágio curricular na formação docente dos estudantes de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins para atuarem nos anos iniciais? O referencial teórico utilizado está baseado, principalmente, nos seguintes autores: Paulo Freire e Selma Garrido Pimenta, entre outros autores relevantes para o trabalho. A pesquisa desenvolvida foi revisão bibliográfica e exploratória. Ao concluir a pesquisa, notou-se que o estágio supervisionado obrigatório, contribui na formação inicial como docente, proporcionando a oportunidade de articular as aprendizagens teórico-práticas do que foi oportunizado na Universidade, assim, propiciando a constituição dos saberes docentes e a construção da identidade profissional dos futuros professores.

Palavras-chave: Formação docente. Identidade. Estágio. Anos Iniciais.

ABSTRACT

The internship in teacher training for the initial years provides direct contact for graduates with the school environment, at this stage of basic education and this provides a moment of learning and experience in the degree course in Pedagogy. In this way, the objective is to understand the impact of the internship on teacher training for the initial years of pedagogy students at the Federal University of Tocantins. Students who are in this process need to understand the impacts of the mandatory curricular internship when they are in the training process, seeking to research the teacher's identity through the historical, cultural and social trajectory of the pedagogy course. Think about the legal aspects of teacher training legislation Common National Curriculum Base, Law of Guidelines and Base, National Curricular Guidelines for basic education, Curricular Guidelines for the pedagogy course in order to understand the implications of initial teacher training. In this sense, the problem question of this Course Completion Work is: What are the contributions of the curricular internship to teacher training in the initial years? The theoretical framework used is based mainly on the following authors: Paulo Freire and Selma Garrido Pimenta, among other authors relevant to the work. The research developed was bibliographic and exploratory. Upon completing the research, it was noted that the mandatory supervised internship contributes to initial training as a teacher, providing the opportunity to articulate theoretical-practical learning from what was provided at the University, thus enabling the constitution of teaching knowledge and the construction of the professional identity of future teachers.

Keywords: Teacher training. Identity. Internship. Early Years.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNC	Base Nacional Comum – Formação
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Problema de pesquisa	10
1.1.1	Delimitação de escopo	11
1.1.2	Justificativa	12
1.2	Metodologia	12
1.2.1	Metodologia da pesquisa	12
1.3	Estrutura da monografia	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Trajetória histórica da formação inicial do Brasil	14
2.2	Formação e identidade do docente	14
2.3	Aspectos legais da formação docente (ldb, dcns, bnc-formação)	21
3	DISCUSSÕES E ANÁLISES	33
3.1	Formação continuada e suas reflexões na profissão docente	33
3.2	A primeira etapa do trabalho: a elaboração do projeto do estágio supervisionado	40
3.3	Relatos dentro das salas de aulas	41
3.4	Segundo Momento do estágio supervisionado	42
3.5	Observação e regência da escola do campo	43
3.6	Observação da escola indígena	44
3.7	O valor do estágio para o desempenho do futuro educador	45
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma abordagem sobre o estágio para a formação docente nos anos iniciais. Na formação docente, o estágio tem sido objeto de debates e reflexão, o âmbito destas, é necessário que tenha a ação para que todo aprendizado teórico-prático seja mediado e compartilhado para com os saberes.

A Lei Federal de Estágio (BRASIL, 2008, p. 01) ressalta que:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, [...]. (BRASIL, 2008, p.01)

Portanto, devemos observar como o estágio tem proporcionado o conhecimento de múltiplos saberes que estão em sala de aula. O campo social diverso acontece quando alunos e professores, junto ao ensino aprendizado, promove a interação, para que a complexidade da docência seja superada. O conhecimento teórico adquirido na formação, contribui com o estágio para que possa atuar em sala, e assim obter resultado significativo.

Pimenta e Lima (2017, p. 35) afirmam que “o papel da teoria é iluminar e oferecer instrumentos e esquema para análise e investigação que permita questionar as práticas institucionalizada e ações dos sujeitos”. Com isso, notamos que teoria e prática, são instrumentos primordiais no estágio dentro da formação, e assim, torna atuação reflexiva para com o ensino aprendizado. Pimenta, (2012) reforça a importância do estágio para com ação dos futuros pedagogos que estão em processo de formação. A ênfase da autora é sobre um novo olhar da profissão na imersão das práxis. O estágio é um componente curricular obrigatório importante, esse momento contribui para a identidade profissional. Deste interesse, então, surgiu a nossa questão central de pesquisa, a qual indaga: Quais as contribuições do estágio curricular para a formação docente nos anos iniciais?

Posta esta indagação, então, elegemos o objetivo geral deste estudo, o qual é compreender os impactos do estágio na formação docente para os anos iniciais dos estudantes de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins. Deste objetivo, então, derivaram-se os objetivos específicos, os quais são:

- Pesquisar a identidade do docente através da trajetória histórica, cultura e social no curso de pedagogia.
- Identificar os aspectos legais das legislações da formação do docente (LDB, DCNS E BNC e BNCC) no curso de pedagogia.
- Discutir sobre as implicações e os impactos da formação docente inicial no curso de pedagogia.
- Investigar a forma de condições de trabalho no período do estágio na formação docente nos anos iniciais no curso de pedagogia.
- Descrever os desafios que afeta a reflexão sobre a formação docente continuada no curso de pedagogia.

Dessa forma, esse estudo enfatiza que os profissionais da educação, necessita do estágio para que obtenha uma formação significativa, para que os futuros profissionais executem com excelência a profissão, e obtenha resultado positivo na atuação docente.

O trabalho será contemplado em quatro capítulos, nos quais ocorrerão discursões acerca da temática: O estágio na formação docente dos anos iniciais. Nessa ótica, o primeiro capítulo é um breve resumo da trajetória histórica da formação inicial do Brasil, e uma análise acerca da formação e identidade do docente. No segundo capítulo, aspectos legais da formação docente (Ldb, dcns, bnc formação). No terceiro capítulo, designado acerca da apresentação do método, destacando este estudo de caráter qualitativo, adotando uma pesquisa do tipo exploratória. Por fim, no quarto e último capítulo, intitulado de: Discursões sobre a formação continuada e suas reflexões na formação inicial do graduando em Pedagogia. Ao final serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

1.1 Problema de pesquisa

O principal objetivo do professor, é apresentar diretrizes para o aprendizado eficaz, porém “É complexo acertar [...] Formação adequada – estereotipando – é feita metade de formação geral, sobretudo diante de problema novos, e metade de especialização, através da qual se busca dominar certo ramo do conhecimento e da prática.” (DEMO, 1941, p.58).

O estágio na formação docente dos anos iniciais, identifica diversos desafios que são enfrentados no decorrer do ensino e aprendizado. A formação e identidade do professor impacta nesse processo. O trabalho investigativo do docente deve ser constantemente desconstruído, e construído, para que assim, possa alcançar todos os níveis de saberes em sala de aula, e a partir de então, consiga corresponder o ensino aprendizado de forma uniforme e homogênea.

O processo educativo, requer do professor, determinação, disponibilidade e metodologia que consiga promover o ensino nos anos iniciais. O estágio proporciona um contato prévio do que iremos encontrar na profissão. A história da educação mostra modelos de ensino, que com o passar do tempo, modificou e reformulou, trazendo grandes impactos para com o sujeito reflexivo e pensante no ensino aprendizado. Esses desafios da prática profissional, no estágio, envolvem dificuldades construídas historicamente.

Diante desse quadro, a questão que este trabalho procura responder é: Como o estágio pode contribuir com a formação do docente nos anos iniciais?

1.1.1 Delimitação de escopo

O interesse pela temática surgiu desde o primeiro contato com a escola, sendo que ele foi no estágio curricular obrigatório do curso de pedagogia, na disciplina projeto de estágio. O campo de aprendizado do pedagogo é amplo, e precisa ser mais explorado pelos profissionais do ensino fundamental. É preciso despertar o interesse do mediador, para esse processo de continuação do aprendizado.

A importância da pesquisa para os futuros profissionais que estão em processo de construção do conhecimento, é primordial que tenha o interesse e a dedicação dessa formação mais aprofundada dentro das diretrizes da profissão, desse modo, poderemos ter uma educação com qualidade para ser mediada entre os professores e alunos no âmbito escolar.

1.1.2 Justificativa

A escolha do aprofundamento, para a sistematização do conhecimento sobre o estágio nos anos iniciais: contribuições para formação docente, surgiu no período do estágio curricular.

Percebemos que há uma dificuldade na sala de aula no processo de mediação entre o aluno e o professor, pois ali apresenta diferentes níveis de aprendizado. O professor preparou atividade respectiva ao ano, porém, a alunos que estão adiantados, e outros, atrasados, referente ao conteúdo, sendo assim o professor precisa estar apto para superar esse diferencial do conhecimento cognitivo de cada aluno.

O interesse pela temática surgiu desde o primeiro contato com a escola, sendo que o mesmo ocorreu no estágio curricular obrigatório do curso de pedagogia, na disciplina projeto de estágio. O campo de aprendizado do pedagogo é amplo, e precisa ser mais explorado pelos profissionais do ensino fundamental. É preciso despertar o interesse do mediador, para esse processo de continuação do aprendizado.

A importância da pesquisa para os futuros profissionais que estão em processo de construção do conhecimento, é primordial que tenha o interesse e a dedicação dessa formação mais aprofundada dentro das diretrizes da profissão, desse modo poderemos ter uma educação com qualidade para ser mediada entre os professores e alunos no âmbito escolar.

1.2 Metodologia

1.2.1 Metodologia da pesquisa

Com a finalidade de acatar o objetivo da pesquisa, foi necessário realizar pesquisa bibliográfica. Gil (2008) alega que a pesquisa bibliográfica parte de estudos exploratórios, o qual é desenvolvido a partir do material já elaborado, seja ele por livros ou artigos científicos. Assim, sua finalidade é que o pesquisador tenha o acesso a tudo que já tenha sido escrito sobre determinado tema.

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos.

Toda pesquisa pressupõe a busca de contribuições teóricas de autores da área. Alguns autores serão importantes nesse processo, dentre eles: Pimenta e Lima (2013), Paulo Freire (1987), Brasil (1988), LDB, DCNS, BNC, e entre outros, que contribuem para o conhecimento de conceitos e a compreensão teórica acerca do tema: 'O estágio nos anos iniciais: contribuições para formação docente'. Como também, de conhecer melhor a importância do estágio nos anos iniciais, uma vez que é primordial mostrar à sociedade a importância desse debate, acerca do estágio na formação inicial. Seguindo nessa perspectiva, vamos realizar uma investigação de natureza revisão bibliográfica, e exploratória, para se ter consciência da intensidade e natureza do problema. Ela será mediada por uma pesquisa de levantamento bibliográfico.

1.3 Estrutura da monografia

O trabalho está organizado em quatro seções correlacionadas, a partir do Projeto de Trabalho de Conclusão de curso (TCC), conforme as orientações recebidas desde aquela etapa.

A primeira seção contém a introdução, problema de pesquisa, delimitação do escopo, justificativa, metodologia, metodologia de pesquisa e estrutura da monografia.

A segunda seção, trajetória histórica da formação inicial no Brasil, formação da identidade do docente, aspectos legais da formação docente (LDB, DNCS, BNC) -formação.

A terceira seção, análise e discussões acerca do tema, abordando formação continuada e suas reflexões na profissão docente, a primeira etapa do trabalho: a elaboração do projeto de estágio supervisionado, relatos dentro da sala de aula, segundo momento do estágio supervisionado, observação e regência na escola do campo, observação na escola indígena, e o valor do estágio para o desempenho do futuro educador. Por fim no quarto e último capítulo, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Trajetória histórica da formação inicial do Brasil

Por volta dos anos de 1549, deu-se início a formação dos professores no Brasil. Os primeiros educadores são considerados os padres jesuítas. A missão deles era propagar a fé cristã e catequizar os povos nativos. Durante quase dois anos, os padres ensinaram a contar, ler e escrever, sendo assim os padres foram responsáveis pelos primeiros colégios criados no Brasil. Nesse período existia uma segregação onde os índios frequentavam escolas que eles construíram com sua força de trabalho, já os colégios tradicionais eram apenas para filhos de colonos e proprietários de terras.

No ano de 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal, diante disso, os jesuítas que estavam no Brasil também sofreram a mesma consequência. Diante desse fato, a educação sofreu um impacto. Nesse período, a educação ficou sem suporte para o procedimento ensino-aprendizado. No ano de 1808, houve uma contribuição para a educação, quando a família real chegou ao Rio de Janeiro. As instituições culturais e científicas, começaram a fazer parte do Rio de Janeiro e Bahia. Os cursos que estavam sendo oferecidos, possibilitaram que outros moradores comessem a fazer parte daquele espaço, sendo assim, Rio de Janeiro e Salvador se tornaram cidades em pouco tempo. A educação no Brasil teve grandes avanços no século XX e XXI, mas ainda necessita de grandes avanços nas infraestruturas das escolas e qualificação dos professores. As esferas desiguais econômicas, culturais e sociais, acentua os problemas da educação.

2.2 Formação e identidade do docente

No âmbito político e social, esse processo da identidade profissional acaba ficando a desejar, pela mediocridade da desvalorização do profissional, no decorrer dos anos a valorização desses profissionais está no diminutivo.

A formação da personalidade da pessoa foi e será a educação. Ela é quem prepara o indivíduo para a superação de cada obstáculo que está no cotidiano de cada ser humano. A formação do aluno depende do professor, portanto, os conhecimentos históricos, teóricos, e práticos, é o que sistematiza a profissão. A

identidade profissional parte da reflexão do professor, sendo assim, ele adquiriu sua personalidade para a formação de novos indivíduos. Esses fatores impedem tanto a formação inicial, quanto a contínua.

Durante o período histórico da formação docente, houve impactos de avanços e retrocessos, organizações e reorganizações na formação da pedagogia. “A formação de professores é um dos assuntos mais debatidos entre especialistas da educação”. Parte -se do princípio de que este processo deva acontecer de forma ininterrupta uma vez que o sujeito se constitui na docência com o ato contínuo” (OLIVEIRA, 2021, p.15).

O professor investigativo e reflexivo, mostra sua identidade em análise, e a formação docente se torna significativa, quando o aluno que está no processo de formação para o ensino aprendizagem, se torna protagonista da sua história profissional. A prática reflexiva e dialogada, estimula o aluno no ensino aprendizagem. A autonomia e a responsabilidade do docente, para com os alunos, são cruciais para obter resultados positivos.

A formação é construída através de desconstrução e reconstrução de pensamento reflexivo. O percurso formativo é inacabado, constantemente é preciso estar aprendendo modo e modelos de trabalhar o ensino aprendizagem. O diálogo entre professor e aluno, é um processo construtivo do saber. O desenvolvimento do processo profissional da educação, o trabalha com a cultura, valores, e produção dos saberes. As práticas pedagógicas da formação necessitam de habilidade e amplitude dos saberes.

Portanto, é preciso ter consciência de que os saberes docentes estão inteiramente relacionados com o desenvolvimento da identidade do professor. Dessa forma, existe a necessidade de se conhecer a relação entre teoria e prática, pois a identidade está em constante transformação, não sendo algo estável. (SANTOS, 2023, p.13)

Frente a isso, a identidade profissional do professor é construída através do âmbito sociocultural, das crenças, das habilidades, e das aptidões relacionadas à profissão. As dinâmicas e características pessoais e profissionais, ressalta primordialmente no exercício da prática.

Os cursos de formação, têm sido constantemente apresentados inquietações sobre o que é prática na formação, diante disso, os estágios têm sido associados com a prática de ensinar. Para entender melhor, iremos dividir em três partes:

O primeiro, a Lei Estadual anos 30, o segundo, a Lei Orgânica do ensino normal (1946), e o terceiro, referente aos anos 70, posterior a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, nº5.962/71, e por fim, o movimento dos educadores dos anos 80.

As legislações dos anos 30, nas séries iniciais, denominavam-se “escolas normais”. Após a Lei de nº5.962/71, passaram a denominar “Habilitação ao Magistério”. Essas denominações foram criadas no Brasil a partir do ano de 1933, antes disso, cada Estado tinha sua legislação. A segunda, se refere a um tipo de prática no campo educacional, que era o ensino primário. A terceira, designar disciplina com a prática profissional.

A Lei Orgânica dos anos iniciais, anos 40, de 2 de janeiro de 1946, Lei nº 8530/46, após esta Lei, o curso passa a ter dois ciclos: o primeiro é um curso de regente no período de quatro anos, e o segundo no período de três anos. Nesse período, a “escola normal” começa a compreender os cursos de especialização do ensino primário. Esses cursos começam em três eixos: curso normal regional, escola normal e instituto da educação.

Nos anos 40, a educação se permeia na prática da escola institucionalizada, ou seja, por meio de imitação, repetição sem identidade, por causa da urbanização e quantitativa, a escola institucionalizada prevê desenvolvimento técnico. Nos anos de 1970, os cargos de professores aumentaram, então começam a ser ocupados por pessoas leigas, situação que reflete até os dias atuais, professores sem reconhecimentos.

A prática sobre o nível da crítica, na realidade, os cursos que eram desenvolvidos, não tinham possibilidade de suprir as necessidades, e a demanda no momento, problema esses que estavam no ensino primário. O Relatório do INEP de 1955, sugere que precisa haver o nível de preparação, onde a teoria e a prática não desassociam. Pimenta (1996), sugere que professores tenham prática para atuar com experiência na educação. Pimenta (2012), pontua que os planejamentos estão inadequados, e que a teoria está cada vez mais longe da realidade dos profissionais.

De acordo com Pimenta (2012, p.54):

[...] a Lei 5692/71 ao modificar, a estrutura do ensino primário, secundário e colegial para 1º e 2º grau, agora obrigatoriamente segundo e da o transformou o ensino, normal em uma das habilitações profissionais do 2º grau transformou o ensino normal em uma das habilitações profissionais

do 2º grau, agora obrigatoriamente profissionalizante. (PIMENTA, 2012, p.54)

Na concepção da autora, teoria e prática na formação, não se dissocia, a prática docente organiza e estrutura o método da educação. A ação e o pensar reflexivo do sujeito, estrutura valores, conhecimento e leitura de mundo. A postura estruturada e sistematizada do professor em sala de aula, requer atividade teórica e prática, logo, esse conteúdo contribui para com o ensino-aprendizado. “O papel da teoria é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos”. (LIMA; PIMENTA, 2017, p.35). A busca pelo aprofundamento do conteúdo teórico e prático, no processo da formação docente, tem iluminado e possibilitado novas perspectivas.

O estágio curricular, permite que o discente, em processo de formação, tenha uma visão real na qual profissão atuará. As atividades do estágio curricular, proporcionam uma ação transformadora no sujeito que está em processo de formação docente no “estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo, e intervenção na realidade, esta, sim, objeto da práxis. Ou seja, é no contexto da sala de aula, da escola, do sistema de ensino e da sociedade que ocorre na práxis.” (LIMA; PIMENTA, 2017, p.36 e 37).

O desenvolvimento desse é possibilitado pela atividade de pesquisa, que se inicia com a análise e a problematização das ações e das práticas, confrontadas com as explicações teóricas sobre estas, com experiências de outros atores e olhares de outros campos de conhecimentos, com os objetivos pretendidos e com finalidades da educação na formação da sociedade humana. [...] o estágio abre possibilidade para os professores orientadores proporem a mobilização de pesquisas para ampliar a compreensão das situações vivenciadas e observadas nas escolas, nos sistemas de ensino e nas demais situações ou estimularem, a partir dessa vivência, a elaboração de projeto de pesquisa a ser desenvolvidos concomitantemente ou após o período de estágio. (LIMA; PIMENTA, 2017, p.42 e 43).

A valorização do estágio no Brasil iniciou-se por volta dos anos de 1990, o estágio começa a fazer parte de uma atividade instrumentalizada da formação pedagógica, através dessa ação, o professor teve um avanço na reflexão e no senso crítico da formação. No ano de 1990, começa o questionamento da não dissociação da teoria e prática na formação docente dos anos iniciais, uma vez que, ambos têm contribuições pontuais na formação para que se obtenha profissionais com qualificação, e que corresponda a necessidade do ensino-aprendizado,

principalmente nos anos iniciais, é nesse período que se inicia a contribuição da formação do sujeito.

O professor reflexivo e pesquisador, na sua prática, se depara com situações de incertezas e indefinições, mas o foco principal do docente é proporcionar diretrizes para o ensino- aprendizagem. A teoria e prática permeiam entre o saber científico, metodologia do professor e saberes do aluno. O professor precisa conscientizar que, a partir do primeiro contato com a criança, o mesmo precisa entender e valorizar o saber prévio da criança. Diante desse conhecimento, por meio de investigação e observação do professor para com o aluno, partimos para o segundo momento, que é a preparação dos novos saberes que precisam ser mediados. Segundo Paulo Freire (1996, p.13) “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência de relação Teoria/Prática sem qual a teoria pode vir virando blá blá blá e a prática, ativismo.” Por meio disso, é necessário que esse procedimento seja discutido e considerado dentro do contexto escolar, para que haja progressividade no conteúdo mediado e absorvido, entre professor e aluno.

O professor é a ferramenta que potencializa o aluno para o incentivo ou desmotivação. Quando o docente propõe, e se prepara para a troca de conhecimento em sala de aula, é visível que os objetivos são alcançados pelos méritos, e disponibilidade para resolução, e esclarecimentos de dúvidas, que estão no cotidiano escolar.

A organização escolar, tende a homogeneizar o ensino, esse procedimento busca a manutenção da fórmula de dominação. As características singulares do indivíduo, precisam ser heterogênicas, ressaltada e valorizadas de acordo com cada contexto vivenciado. O ato do ensino aprendizagem vem do processo gradativo, procedimento esse, ao incluir um indivíduo em sala de aula, o docente junto a escola precisar entender que o aprendizado da criança está iniciado, ou seja, é necessário o conhecimento prévio do contexto que a criança está inserida, para assim, continuar e valorizar o saber inicial da criança.

[...] nesta discussão assume-se que a formação de professores esteja necessariamente pautada por princípios éticos, didáticos e pedagógicos, visando garantir o desenvolvimento e o processo de ensino e aprendizagem das nossas crianças. A formação é um processo contínuo que passa por constantes transformações com o objetivo de aprimorar as práticas pedagógicas da Educação (OLIVEIRA, 2021, p.17).

O ensino condicional oferece aos educandos um aprendizado limitado, o ensino ainda mostra um sistema engessado, o sistema de organização da hierarquia é perceptível nas salas de aula. Regras, imposições, ordem e obediência fazem parte da realidade no contexto escolar. A formação do docente precisa estar em constante processo de desconstrução e construção do conhecimento. Diante disso, se a desconstrução da imposição do ensino for reformulada, o ensino aprendizado dentro do contexto escolar terá evolução. Quando a metodologia significativa começa a permear de forma flexível e reflexiva, o aprendizado evolui.

[...] professores é um dos assuntos mais debatidos entre especialistas da Educação. Parte-se do princípio de que este processo deva acontecer de forma ininterrupta uma vez que o sujeito se constitui na docência como ato contínuo. Professores e professoras elaboram seu saber docente e um repertório de conhecimentos específicos para exercer durante sua prática metodologias e teorias de estudo que favoreçam a aprendizagem de seus alunos. (OLIVEIRA, 2021, p.15).

A flexibilidade, é quando o mediador desconstrói o poder histórico da dominação na sala de aula. A reflexão, é o ato de reconhecer que uma criança, ao adentrar a sala de aula, tem saberes que precisam ser respeitados e valorizados, de modo que, a criança perceba que existe algo que pode ser trocado para a construção de novos conhecimentos.

O processo que permite a construção de aprendizagens significativas pelas crianças requer uma intensa atividade interna por parte delas. Nessa atividade, as crianças podem estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios (conhecimentos que já possuem), usando para isso os recursos de que dispõem. Esse processo possibilitará a elas modificarem seus conhecimentos prévios, matizá-los, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas. É, portanto, função do professor considerar, como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas. Detectar os conhecimentos prévios das crianças não é uma tarefa fácil. Implica que o professor estabeleça estratégias didáticas para fazê-lo. (BRASIL,1998, p.33)

É inegável a dificuldade que se apresenta em sala de aula quando deparamos com crianças que tem grau de dificuldade de aprendizado distintos. Quando o mediador propõe um ensino de homogeneização, é visível que o aluno começa a passar por um processo de “rejeição educacional”, ou seja, quando o seu colega de sala consegue corresponder a expectativa do mediador, respondendo as duas atividades propostas, e o outro aluno não consegue responder a primeira atividade

que foi proposta, ele começa a se isolar dentro da sala, é nesse momento que a formação continua precisa imediatamente ser ativada, junto com uma metodologia ímpar, assim, suprimindo a necessidade dessa demanda em sala de aula.

A partir do momento que um sujeito propõe a mediar o caminho da docência, é necessário um processo de flexibilidade, adaptação, e reflexão, para com o procedimento de mediação do saber, para com os alunos que estão na sala de aula. O professor precisa entender que, a pedagogia histórica está cada vez mais distante da sala de aula. A partir do momento que um mediador propõe permanecer na pedagogia tradicional, o processo de ensino aprendizagem ficará com lacunas que terá dificuldades para ser solucionada.

A pedagogia tradicional, com o passar do tempo, vem perdendo espaço para a pedagogia nova. A prática pedagógica precisa cada vez mais ser repensada, reformulada, e adaptada aos novos desafios que estão constantemente sendo apresentados no contexto escolar.

A formação do saber de um indivíduo começa muito antes desse sujeito ter contato com a escola formal, para isso, é preciso o reconhecimento e valorização do docente, quando essa criança adentra ao espaço escolar. Quando um sujeito encontra o saber do conhecimento em processo de troca, ele se sente integrando daquele espaço, se sente valorizado, e com um desejo enorme de se apresentar e socializar, para que assim interaja no espaço em que está inserido.

Quando esse procedimento não acontece com a criança que adentra em um contexto escolar, a uma grande possibilidade desse sujeito se sentir excluído, algo que jamais um professor pode permitir dentro da sala de aula. Pois a regressão do conhecimento pode acontecer, e assim, trazer o bloqueio do aprendizado da criança.

O centro educacional tem o poder de potencializar ou regredir o ensino aprendizagem de um sujeito. A participação do docente é primordial para ingressar em uma dessas categoria. O trabalho docente traz um problema histórico pautado na teoria e prática, onde a figura do professor é hierárquica, desse modo, o diálogo da pedagogia ainda se mostra em uma perspectiva tecnicista.

A graduação precisa reformular a visão da teoria e prática, para que o sucesso do ensino aprendizagem seja contemplado pelos alunos e professores. A formação do professor precisa ser discutida e renovada de acordo com a necessidade que se apresenta no contexto escolar, ressaltar a relevância de renovar os saberes docente para contemplar o ensino aprendizagem (OLIVEIRA, 2021).

Uma escola que adota um ensino unilateral, automaticamente bloqueia o ensino heterogêneo. Um currículo escolar multicultural, cria possibilidade da desconstrução escolar do ensino dominante.

As escolas ainda apresentam uma grande resistência em incluir o processo de heterogeneidade, as características pedagógicas resistem a transformação do ensino histórico “percebo que a estrutura escolar do sistema educativo, assim caracterizada, dificulta a possibilidade de reconhecer as diferenças dos alunos e uma prática pedagógica que atenda essa heterogeneidade”. (ISHIKAWA, 2012 p.17).

2.3 Aspectos legais da formação docente (ldb, dcns, bnc-formação)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é a diretriz que norteia a educação dos municípios, do Distrito Federal e dos Estados. É importante enfatizar que, a BNCC é a base estrutural da educação básica. O proceder da educação inicial, percorre pelas dez competências gerais que estão imersa na base comum curricular. As competências se desenvolvem por meio da habilidade, atitude e valores do indivíduo que começa a adquirir conhecimento. Esse documento valoriza a contribuição da sociedade para com o indivíduo no processo da aprendizagem. É relevante mostrar as competências gerais da educação, para com procedimento didático do ensino infantil, fundamental e médio.

Para o contexto social ser democrático, é preciso ressaltar o conhecimento histórico para que a valorização do espaço físico, social, cultural e digital, assim tenha significância na formação do indivíduo. Instigar o conhecimento cognitivo, testando e comprovando a criação e formação em diferentes espaços. Apreciar o cultural e envolver na contribuição para novos espaços e modelos de aprendizado. Praticar o ensino e aprendizado em diversas línguas, tornando a sociedade incluída e valorizada em diversos contextos. Explorar o campo digital torna o conhecimento mais acessível, dentro e fora do contexto escolar. Ressaltar o conhecimento prévio do indivíduo é relevante, pois é na troca de conhecimento que se constrói estrutura significativa para a formação deles.

Pesquisar, entender e formular conteúdos, direcionar para a construção do conhecimento de forma ética, independentemente de ser regional, global ou socioambiental. Entender o estado físico e emocional do outro, para saber conviver

com o contexto distinto, é fundamental na vida do indivíduo. Incentivar o diálogo é a forma plausível para entender o campo do outro, desse modo, é possível conhecer e respeitar a diversidade dentro do grupo social, percebendo a significância em cada identidade, cultura e potencialização em cada personalidade. Atuar coletivamente e individualmente, com firmeza e dedicação, para com os princípios éticos e democrático. Educação é direito de todos e dever do Estado, sendo que, a família precisa ter participação ativa na formação dos indivíduos.

A lei N°9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 2º, propõe que a educação é:

[...]dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A Constituição Federal de 1988, reforça que família e Estado, necessitam contribuir para esse processo do ensino. A LDB afirma que tem a necessidade da junção entre município, Estado e o Distrito Federal, para com a criação e mediação das competências e diretrizes dentro da educação básica, para que os indivíduos tenham o conhecimento básico para o início da sua formação. Os conceitos que decorrem pela LDB, é a base comum e os diversos, sendo que, as competências são únicas, porém as diretrizes podem ser diversas. A LDB descreve que as competências precisam permear entre as aprendizagens essenciais.

No ano de 2010, o CNE ressaltou a importância da inclusão da diversidade dos contextos que formam o Estado e o município. Nesse período, o PNE mostra a importância da qualidade do desenvolvimento.

A BNCC descreve a importância da trajetória das competências e habilidades para a formação do ensino aprendizado. As competências educacionais no final do século XX, para o início do século XXI, começa a ser norteado pelos Estados e municípios brasileiros, sendo que esse processo foi para a construção dos currículos educacionais. A BNCC tem o enfoque para a formação dos indivíduos, ressaltando seus conhecimentos, valores, atitudes e habilidades. As competências destacadas na BNCC, norteiam o processo pedagógico dentro dos municípios, Estados e Distrito Federal, são elas que valorizam as habilidades da cultura, conhecimento, e atitude, que o indivíduo adquire antes de adentrar ao contexto escolar. Na educação básica é onde a criança começa a desenvolver os processos aos direitos de aprendizagem

e campos de experiências. Já no ensino fundamental, área do conhecimento, competências específicas da área, componentes curriculares, e competências específicas dos componentes. O aprender da educação infantil, permeia por meio do brincar, conviver, explorar, participar, expressar e conhecer-se.

Quando o indivíduo está interagindo, o conhecimento está em processo de troca, e assim, adquire um pensar que contribui para sua formação. As competências gerais da educação básica estão divididas em quatro modalidades que são: linguagens e suas tecnologias, matemáticas e suas tecnologias, ciências naturais e suas tecnologias, e ciências humanas sociais e aplicadas. O cuidar não desassocia do educar. O eixo primordial do aprendizado no ensino infantil, tem um processo contínuo e gradativo, ressaltando o conhecimento da vivência.

A BNCC ressalta e esclarece a importância de mediar o conhecimento no contexto escolar criando e estabelecendo leis que amparam esse aprendizado para formação de cada indivíduo, ao adentrar no espaço escolar nos anos iniciais e fundamental. A formação do cuidar e educar, precisa do conhecimento da ciência para formar as crianças.

O processo da educação é que transforma o mundo. O período histórico educacional foi marcado por diversos momentos que o docente teve ganhos, mas também perdas. Esse contexto, foi essencial para o desenvolvimento do ser humano, os entes federativos tiveram participação efetiva para com o processo de evolução, durante todo tempo tivemos avanços e desenvolvimento na formação docente. O mundo constantemente está em evolução, e a escola precisa acompanhar esse processo.

O art. 62 da LDB determina que:

A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. Art. 62-B. O acesso de professores das redes públicas de educação básica a cursos superiores de pedagogia e licenciatura será efetivado por meio de processo seletivo diferenciado. § 1º Terão direito de pleitear o acesso previsto no caput deste artigo os professores das redes públicas municipais, estaduais e federal que ingressaram por concurso público, tenham pelo menos três anos de exercício da profissão e não sejam portadores de diploma de graduação. § 2º As instituições de ensino responsáveis pela oferta de cursos de

pedagogia e outras licenciaturas definirão critérios adicionais de seleção sempre que ocorrerem aos certames interessados em número superior ao de vagas disponíveis para os respectivos cursos (BRASIL,1996).

Além disso, é nítido a organização da matéria educacional de acordo com a LDB, Lei nº 9.394/96, aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios. Os profissionais da educação precisam estar aptos para o ensino aprendido. É necessário que os profissionais sejam portadores do diploma de Pedagogia, e tenham outras habilidades dentro do planejamento e supervisão educacional. O saber precisa ser notório, para que seu respectivo conhecimento seja reconhecido.

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; V – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 1996, p.44)

Assim, salientamos que o professor precisa estar preparado para as demandas que serão apresentadas no processo de ensino aprendizados dos anos iniciais. A formação inicial prepara o profissional pedagogo, para que assim, junto ao planejamento, ação da prática, e conhecimento teórico, tenham habilidade que corresponda a demanda no contexto educacional. A formação e experiências na educação básica, contribui para que o profissional se torne capacitado e tenham habilidade para atuar dentro do ensino básico e fundamental nos anos iniciais.

É importante pontuar que as leis estão constantemente em processo de reformulação. Todo esse procedimento acontece porque a sociedade está frequentemente sofrendo mudança, devido a isso, é necessário que as políticas públicas também se adequem a todos sujeitos inserido na sociedade. As normas e leis sofreram e sofrem inúmeros processos de adequação para que possa suprir as demandas da sociedade histórica até os dias atuais.

De acordo com Silva; Santana; Dalmaso, (2018, p.16):

Pode-se verificar que a antiga LDB de 1968 aprovou a Reforma do Ensino Superior e, pouco depois, em 1971 a Reforma do Ensino Primário e Médio. Já a LDB 5692/71 contribui com mudanças referentes à formação de docentes, reestruturação do sistema de ensino em primeiro e segundo graus, extinguiu os exames de admissão, cria a escola única profissionalizante, reestrutura o ensino supletivo, além de desativar a antiga Escola Normal de formação de professores. Buscando melhorias na educação, após trinta e cinco anos a 1ª LDB foi revogada para entrar em vigor a 2ª LDB. Houve novas mudanças na estrutura, no funcionamento da educação brasileira e na formação dos docentes. (DALMASO, 2018, p.16)

As mudanças da LDB, durante trinta e cinco anos, os três principais eixos que sofreram alterações foram: estrutura, funcionamento, e formação dos docentes. A nova LDB 9394/96 sofreu duras críticas por não ter discussão e participação da sociedade civil. Na LDBEN, nos artigos 61 a 67, enfatiza com intensidade que a formação do docente precisa haver habilitação específica para atuar na docência. A LDBEN de 2013, pontua que o docente só poderá mediar o ensino aprendizagem na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, com a habilitação em magistério.

De acordo com art. 62 da Lei nº 12.796 de 2013, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, Brasil (2013):

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 2013).

Em decorrência disso, em 1997, o governo decretou que os profissionais da educação, que tivessem magistério, teriam que obter ensino superior, para que permanecessem no ensino aprendizagem. Art. 87- § 4º da LDBEN nº 9.394 de 1996 determina que, “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos

professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.” (BRASIL, 1996, p.33).

A LDBEM, afirmar que professores que tem nível superior, podem atuar no ensino aprendizado na educação básica, caso haja a necessidade dessa ação. Art. 63. [...] “II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica [...]” (BRASIL, 1996).

Diante disso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, p. 41) salienta que:

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdo de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. (RCNEI, 1998, p.41)

O cenário educacional necessita da teoria, da prática e da metodologia, para que tenham modificações constantemente, e criem hábitos pedagógicos que correspondam às necessidades dos sujeitos que estão inseridos no ambiente escolar. De modo que transforme e flua o ensino aprendizado de forma leve e significativa. O saber docente em processo de desconstrução e construção, possibilita um sujeito reflexivo e crítico.

Na década de 1990, na educação, houve um grande impacto nas legislações educacionais, especialmente a partir da promulgação da LDBL Lei nº 9.394/1996, houve mudanças nos currículos escolares, incluindo a formação de professores.

O estágio e suas diferentes concepções, são marcada como a parte prática do período da formação dos professores. O campo de atuação dos profissionais é marcado pelas grandes falas que, “teoria é uma coisa, prática é outra”, é necessário entendermos que as ações teóricas e práticas são indissociáveis, a fundamentação teórica possibilita que o profissional tenha saberes que permeia pela autonomia da profissão. Às autoras, Lima e Pimenta (2017, p.27), “essa contraposição entre teoria e prática não é meramente semântica, pois se traduz em espaços desiguais de

poder na estrutura curricular atribuindo-se menor importância à carga horária denominada prática”.

No entanto, os estágios obrigatórios nos proporcionam oportunidade de ter experiências não planejadas, fugindo do contexto da teoria. Conforme exara o art. 1º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, sobre o estágio de estudantes:

Art. 1º: O Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008).

O estágio sempre foi um processo indispensável na formação, mas é possível perceber a dificuldade que temos em relacionar teoria e prática, visto que, a realidade quando estamos em campo para o procedimento de realização do estágio, observamos e percebemos os grandes e inúmeros obstáculos apresentados a nós no campo de estágio.

Ao chegar na observação, onde é o primeiro contato com a sala de aula, vimos a dificuldade do professor titular na escola ao tentar realizar o seu trabalho, de maneira a desenvolver no aluno o processo de ensino e aprendizado. A falta de material adequado para a realização de atividades em sala, é um dos pontos que dissocia a teoria da (prática), isso impossibilita a realização de atividades no campo escolar. É certo que a teoria são diretrizes que norteia a prática escolar, mas é na atuação que superamos desafios diários para realizar e alcançar os objetivos. A teoria traz saberes vinculado a ação da prática, mas são esses saberes que norteiam e executam o ensino aprendizado.

É no estágio que adquirimos a autonomia da ação em campo. O professor, na sua formação, busca adquirir um excelente conhecimento teórico para uma prática competente e de qualidade. Para obter um ensino aprendizado de qualidade, é preciso que paradigmas sejam rompidos, para que assim, obtenham uma prática crítica e reflexiva. A diretriz do professor é que determina a qualificação do saber do aluno. Nesse processo o professor possibilita as percepções do aluno. A teoria e prática são indissociáveis.

Ao refletir sobre teoria e prática, é importante que o docente efetive formas adquirida na teoria, e assim, socialize e contextualize com a realidade do discente. A partir do momento que o professor trabalha com a realidade do aluno, com junção ao conteúdo do ensino aprendido, o resultado é eficaz. Diálogo e criticidade de conteúdo, traz um momento significativo para o discente, visando o alcance do objetivo do professor para com o aluno. A formação do professor eficaz ressignifica o ensino aprendido, pontuando o aprendizado do aluno. A teoria mostra diretrizes que resulta na compreensão da prática e assim torna profissionais competentes.

Também, com frequência, se ouve que o estágio tem de ser teórico-prático, ou seja, que a teoria é indissociável da prática. Para desenvolver essa perspectiva, é necessário explicitar os conceitos da prática e da teoria e como compreender a superação da fragmentação entre elas a partir do conceito da práxis, o que aponta para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade.

O estágio como pesquisa já está presente em práticas de grupos isolados. No entanto, entendemos que precisa ser assumido como horizonte da utopia a ser conquistado no projeto dos cursos de formação. (PIMENTA, 2017, p.27)

Para Paulo Freire (1987), os homens são seres do que fazer, ou seja, seu fazer está alistado ao pensamento que é ação ou denominado reflexão. O homem está relacionado com a práxis, que é o que fazer (teoria e prática). Segundo Freire (1987), um conteúdo que se relata como os seres vivos da natureza, tem um modo de viver diferenciado, porém, não se separam dentro do contexto de mundo. O conteúdo enfatiza o ser homem e animal. Paulo Freire mostra quais são as prioridades do modo de sobrevivência de cada um deles.

De acordo com a teoria dialógica e antidialógica, os homens são seres que pensam que tem o processo da reflexão no decorrer da sua ação, ou seja, após o movimento do seu fazer, a um procedimento do refletir, porque tudo que se movimenta com o seu critério, é um processo de modificação do mundo ao seu redor. A experiência do processo de modificação, só é provável se existir o método de reflexão, caso não haja a reflexão, podem ser analisados seres não libertos “oprimidos”.

A transformação do mundo vem através da ação e reflexão do homem, só com a práxis somos capazes de transformar o lugar em que vivemos. O processo da modificação não pode haver massa oprimida, a evolução só se faz caminhar se tiver liberdade para a construção do modo de viver de cada indivíduo.

A crueldade dos dominadores se torna desumana quando, aliena, mística e violenta a capacidade de pensar de indivíduo, deixando-o totalmente vulnerável para o raciocínio individual do ser humano. Esse processo acaba eliminando o indivíduo do seu próprio eu, para viver o pensar do outro.

O autoconhecimento do seu lugar no mundo traz a autoconfiança para o seu lugar de vivência no mundo, sendo que, desse modo, não se sujeita a vontades alheias, e jamais a imposições de exploração de dominadores. É necessário que a ação e reflexão parta de cada indivíduo, não se pode deixar ser levado pela reflexão e ação alheia. A forma de pensar partindo individualmente, é um ato de liberdade para o ser pensante. A práxis revolucionária opõe a práxis autocrata, o que não se pode efetivar-se nas práxis revolucionária, e a separação absurda entre a práxis elitizada e a massa oprimida, não pode ter dentro de uma classe oprimida, um objeto de monopólio.

Para reprimir o autocrata, não tem outras diretrizes senão negar as massas públicas a práxis verdadeiras. Negar-lhes o direito das suas expressões, de refletir. O indivíduo crítico só é criado a partir do momento que ele é envolvido no contexto como um todo viver, participar, dialogar e se posicionar com seus critérios e ação. A práxis não pode ter um posicionamento apenas com elite, é necessário que haja a presença de toda a massa para chegar a uma conclusão.

Para Paulo Freire (1987, p. 15), pensar a elite autocrata com as “massas consistir em o seu contrário antagônico, pois pensar com elas expressaria já não mais dominar. Para a superioridade do pensar certo não é deixar as massas pensarem, mas sim não valorizar o que elas têm a acrescentar com o seu pensamento”. No procedimento do Cruel, as elites vivem dos explorados, e só na afinidade vertical em meio a elas e eles se certificam, no processo só há um método para a autenticidade do comando que emerge: “extinguir-se” para reviver lado a lado dos oprimidos e com eles.

Proporcionar a finalidade de diminuir a estima da liderança das elites, onde “nela alguém oprime alguém”, não podemos afirmar se alguém liberta alguém, ou se alguém se liberta sozinho, mas que os homens se libertam em comunhão. As elites opressoras se fecundam, necrofilamente, no esmagamento dos oprimidos, a liderança revolucionária somente na comunhão com eles poderá fecundar-se. O que fazer opressor não pode ser humanista, enquanto o revolucionário necessariamente o é. O humanista revolucionário implica na ciência.”

A reflexão da prática na profissão docente, tem sido repensada com o passar do tempo, para Pimenta (2012), a organização histórica da profissão tiveram três momentos importantes que impactaram a mediação da profissão até os dias atuais, abordaremos em seguida os seguintes eixos: o primeiro por volta dos anos 30 juntos as leis estaduais, o segundo Lei Orgânicas do ensino normal, 1946, por último, o movimento dos educadores no ano 80.

As legislações dos anos 30 para as (séries) de primeiro grau, as escolas denominavam-se “escolas normais”, logo após a criação da Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, passa a se chamar “habilitação do magistério”. Nesse período, a formação de pedagogos pontuou as mudanças no decorrer do estágio. Diante disso os estados do Amazonas, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e São Paulo, todos incluíram ou modificaram disciplina da formação para que preparassem os futuros pedagogos para a prática em sala de aula. De modo geral, a disciplina de “didática e metodologia geral”, não abordavam tão explicitamente, para com a prática em sala de aula, a partir dessas modificações, por meio da Lei 5.692/71, a preparação ficou mais sistematizada.

Um dos conceitos de “prática”, no Dicionário Aurélio, é o ato de fazer, ou realizar algo. Toda ação que gera realização é considerada prática, de modo que, o professor sistematiza o saber através do ato de prática a ação do ensino aprendido, o modo mais eficaz de aprender é a forma de repetição é observação. No período do curso para a formação de professor, é no estágio que o aluno tem o primeiro contato com a ação da profissão, é necessário que esse período seja de qualidade e dedicação, a noção da prática é nesse momento.

A escola primária proporciona o contato inicial da profissão, logo em seguida, o profissional expande sua atuação profissional através do movimento da ação primária. O ensino, no primeiro momento, foi uma ocupação direcionada as mulheres, onde a escola era apresentada como uma extensão do lar, de modo que, os ensinamentos eram repassados através da repetição. É importante pontuar que, os homens não eram proibidos a ensinar, mas essa função era direcionada as mulheres. O processo de ensino aprendido era qualitativo e quantitativo na zona urbana, a organização institucional para com a profissão se apresentava com mais intensidade na urbanização.

Segundo Lopes (apud Pimenta, 2012, p.38):

(...) a mulher insinuou – se maneirosamente no ensino primário e foi aos poucos afastando o homem. As leis e as praxes a mantiveram arredada por muito tempo da admiração, alegando-se como elementos irremovíveis os excessos da sua afetividade e insegurança do seu temperamento. Mas a resistência cedeu (ALMEIDA JUNIOR, na associação das professoras de São Paulo em 1993).

(...) a instrução primária em Minas Gerais, está entregue as moças dedicadas e hábeis, que bem se compenetraram do papel que lhes competem na educação e na alfabetização das crianças. O Bueno Brandão possui um corpo de professoras competentes carinhosas, compenetradas de seus deveres e da missão de educadoras. (Lopes, Eliana Marta. 1991, p. 22-44)

Entretanto, sabe-se que, no Brasil, a feminilização para com a porcentagem elevada, pontuou-se nos anos 30 século XX, toda expansão e modificação das políticas, sociais e econômicas contribuíram. Todos esses fatores impactaram nos anos 40 para que a unificação acontecesse com a contribuição das leis orgânicas. Com o desenvolvimento da industrialização, nos anos 60 a expansão favoreceu toda a escolarização básica e profissionalizante.

Os anos 60, foram marcados pelos eixos que intensificaram a unificação dos Estados. Os desenvolvimentos da indústria contribuíram com o processo de expansão do estudo básico e profissionalizante. É certo que nos anos 30, as mulheres frequentaram a escola com mais intensidade, as fragilidades apresentadas no magistério, nesses anos, foram porque o quantitativo maior era feminino, uma vez que, a credibilidade do ensino dedicado pela mulher, era vista com inferioridade pelo poder econômico e social.

Ainda nos anos 60 as escolas foram marcadas pela quantidade de professores que não tinham a formação necessária para atuar em sala, ou seja, o ensino superior fazia-se presente apenas em 44% dos profissionais das escolas. Diante disso, a escola primária começou seu modelo de ensino em forma de repetitiva, na escola que não tinha professores com formação, o ensino começava pelo exercício de observação e repetição do ensino. A classe dominante que determinava as diretrizes do ensino aprendido. As escolas normais consideravam o magistério como um trabalho, onde o mesmo deveria ser observado como um profissionalizante das diretrizes das crianças.

O magistério foi questionado se fazia parte das diretrizes da formação, visto que, tivemos lacunas que todo desenvolvimento do magistério não foi suficiente para

com o poder econômico e social, incluir de uma forma totalizada, o magistério no ensino normal para com o profissionalismo da ação.

O órgão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), examinou os anos de 40 a 60, e percebeu que esse período foi um processo de consolidação quantitativa do ensino. A consolidação (1946) dirigida por um dos pioneiros, Lourenço Filho, fortaleceu a preparação dos professores e da escola. Lourenço, foi um dos principais incentivadores do ensino primário e normal.

3 DISCUSSÕES E ANÁLISES

3.1 Formação continuada e suas reflexões na profissão docente

Para Freire (1996), a formação contínua do professor trata do aperfeiçoamento contínuo da profissão para um trabalho eficaz dos que dependem do conhecimento do professor para traçar suas próprias diretrizes para a informação. É primordial que o mediador esteja em processo ativo no cotidiano para suprir as necessidades de cada indivíduo. De tal maneira, faz-se indispensável que estes sujeitos formadores, conheçam e internalizem em si o valor e a dimensão que abrange a sua ação na história dos sujeitos em desenvolvimento, para que além disso se percebam tanto, mais determinados na efetivação das atividades que lhe pertencem. Para Paulo Freire (1996), o mediador precisar ter uma sensibilidade para a percepção dos saberes prévios dos alunados, a partir desses conhecimentos que já são adquiridos pelos alunos. A flexibilidade do professor para com o aluno que tem seus saberes culturais, sociais e familiar é de total troca entre ambos.

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um ao outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina alguma coisa a alguém. (FREIRE, 1996, p. 23).

O contexto atual e a formação dos profissionais da educação, tem sido um dos maiores desafios a serem enfrentados. A articulação entre a teoria e a prática, possibilita o sujeito a ser reflexivo e crítico, diante disso, os educadores começam a ser responsáveis por proporcionar a transformação do conhecimento. É certo de que educadores não nascem educadores, se tornam educadores.

De acordo com Silva; Santana; e Dalmaso, (2018, p.35):

A formação de professores se dá, nos dias de hoje, diante de um cenário de avanços tecnológicos, novas concepções de trabalho e de produção, esse cenário de reestruturação econômica, capitalista e global acarreta transformações na gestão dos sistemas escolares, na escola e principalmente no processo de formação de professores, já que, o cotidiano escolar se modifica e se transforma com o passar dos anos. (SILVA; SANTANA; DALMASO, 2018, p.35)

As práticas pedagógicas, curriculares, e as políticas públicas, são fundamentais para o processo de mudança no contexto escolar, diante disso, formar

professores no contexto atual é um desafio pois, “a verdade absoluta científica” ganha novas e diferentes interpretação em diferentes fenômenos e contexto que são apresentadas. A prática pedagógica do professor possibilita o diálogo e a emancipação do sujeito.

Conforme Silva; Santana; e Dalmaso, (2018, p.37 e 38):

Existe hoje a necessidade, diante das incertezas do tempo em que vivemos, de a escola ressignificar seu tempo e espaço, para ser reconhecida como ambiente formador de identidades dos sujeitos que nela estão presentes, formando pessoas com pensamento autônomo que intervenham de forma crítica no destino da sociedade, contribuindo para formação da cidadania dos atores nela envolvidos. [...] pode-se destacar que a formação de professores é de grande relevância para a vida profissional docente que almeja permanecer no mercado de trabalho e atender uma demanda tão diversificada de exigências vindas da sociedade. (SILVA; SANTANA; DALMASO, 2018, p.37 e 38)

A formação contínua do professor prepara os mesmos para a diversidade de natureza e opiniões dos sujeitos no âmbito escolar. Para que a função transformadora alcance o objetivo, é necessário que diversas instâncias sejam vinculadas ao processo do trabalho pedagógico, uma vez que, a natureza social, afetiva, ética, política, ideológica e cultural, são eixos fundamentais para a formação do sujeito.

Esse trabalho trouxe relevância para com o profissional da educação, trazendo reflexão sobre o ensino inicial e contínuo, e como podemos impactar o ensino aprendido do professor, aluno e da sociedade. A graduação é o início de uma grande trajetória que ainda está por vir, aqui não é o fim, mais sim uma grande inquietação que trará novas diretrizes a ser percorrida para a continuação do ensino aprendido. A qualidade do ensino mediado, depende de um profissional que está disposto a superar obstáculos constantemente para que assim consiga contribuir com o conhecimento nos anos iniciais.

O professor é, e será, uma ferramenta primordial para a evolução dos futuros seres humanos e profissionais da sociedade. Embora, infelizmente, o docente não seja reconhecido como deveria, mesmo assim precisamos insistir e contribuir constantemente com metodologias que tenham impactos positivos na vida dos sujeitos na sociedade, de modo que a reflexão e o sendo crítico estejam presentes nos diálogos constantemente.

O estágio teórico-prático é ferramenta primordial na formação da docência, é certo que, ao obter essa informação, o processo da formação inicial e contínua, se tornam sistematizadas, trazendo uma realidade consistente do ensino, pesquisa e extensão para com a formação do discente. Utilizar do estágio para garantir um ensino-aprendizado com eficácia, o sujeito aprendiz, e o professor, se tornam componentes do corpo de conhecimento do curso da formação de professores.

Desse modo é primordial que o mediador tenha esse conhecimento da importância da continuação da formação, para que não se mantenha uma receita que é direcionada todos os dias aos alunos. Se a teoria e a prática conseguirem alcançar o real significado da mediação com o auxílio da formação contínua, será visível e eficaz o ensino-aprendizado da educação.

Do ponto de vista democrático em que me situo, mas também do ponto de vista da radicalidade metafísica em que me coloco e de que decorre minha compreensão do homem e da mulher como seres históricos e inacabados e sobre que se funda a minha inteligência do processo do conhecer, ensinar é algo mais que um verbo transitivo-relativo. (FREIRE, 1996, p.23).

O objetivo primordial da formação continuada do professor, e o conhecimento com qualificação do docente, é de total apoio para uma formação eficaz de cada sujeito. A ideia de pesquisar e escrever sobre essa modalidade, é de trazer uma informação mais sistematizada da importância do procedimento da busca incessante do conhecimento inacabado. A busca pela formação contínua traz um reconhecimento da prática, visado na educação e no potencial da ação pedagógica.

A reflexão crítica sobre o aprendizado se torna uma reivindicação da inclusão Teoria/Prática, pois são conhecimentos essenciais à prática docente, são sabedorias determinadas pela sua própria prática educacional, independentemente de seu artifício ou ideologia. Desse modo, é essencial que o educador perceba que educar não é apenas transferir informação, e sim criar alternativas e possibilidades para a edificação. A educação deve corresponder ao raciocínio da criança, por isso as coisas devem ser informadas uma de cada vez.

Não se deve informar nada que a criança não possa absorver, e principalmente que se respeite o procedimento cognitivo da criança. É nessa definição que ensinar não é transferir os conteúdos. Compete ao professor tornar seu aluno um ser ativo e participante durante as atividades. Quando se educa também se aprende, e aquele que estuda transfere a sua informação, quanto mais

se aprende mais se desenvolve os conhecimentos, e para isso, o docente deve estar sempre buscando conhecimentos, reciclando as ciências.

O docente democrático não pode negar-se o dever de sua prática educadora, avigorar a capacidade crítica do aluno, sua curiosidade, sua insubmissão. Um dos principais trabalhos é cogitar com estes alunos a restrição metódica com que devem se aproximar dos itens cognoscíveis, e informar a produção das condições em que aprender criticamente é possível, e para isso, cabe ao mediador ajudar o educando durante este procedimento.

Todavia, pertence ao educador não apenas educar, e sim, informar certo, de um modo que, torne o educando um ser participativo. Ao professor, cabe o papel apenas de ensinar no decorrer das aulas. Para o professor que passa os conteúdos de forma circular e mecanicamente, é difícil virar um professor crítico. O aluno que arquiva, não tem a competência de perceber ou de sentir emoções durante a leitura. A leitura apropriada é aquela cujo indivíduo se envolve e se dá por completo ao texto. Não há educação sem observação, e para que haja ensino, o mediador deve ter consciência que é preciso buscar informação. Isso engloba mediadores, instituições de ensino, conhecimentos populares, e saberes, que são dominados pelos educandos. Para Paulo Freire (1996), o professor por meio de sua persistência, designa metodologias para extrair e instigar a informação que são dominadas pelos seus educandos. Pôr no caminho da procura de sua própria autonomia. Essa função é importantíssima no percurso do mediador, não é apenas informar os conteúdos, mas também ensinar a crescer.

O mediador que faz a diferença na vida acadêmica de um educando, é aquele que faz o aluno enxergar novos caminhos para obter grandes conhecimentos, sem desvalorizar o conhecimento que já é de sua propriedade quando adentrar a sala de aula. Paulo Freire (1996), enfatiza e prioriza os conhecimentos adquiridos e extraídos do seu próprio pensamento. Incentivando o prazer e buscando a sua autonomia.

É primordial para o educador o processo da criação dos próprios métodos a ser percorrido para se chegar ao objetivo do conhecimento. Paulo Freire (1996), defende a liberdade do pensar, da criação da própria história, e que cada sujeito deixe seu legado. O autor condena o processo de construção de indivíduos em forma de objetos.

Paulo Freire (1996) mostra a importância de o aluno ter uma visão globalizada do mundo, sentimento, emoção, que, é de grande relevância para uma dimensão ética e estética de cada ser. A teoria e prática freiriana tem sua sistematização relacionada entre "homem-no-mundo", ou seja, estar no mundo, e na construção de seu "ser-no-mundo-com-os-outros", esses processos mostram a relação entre pessoas e sociedade.

Paulo Freire (1996) apresenta percursos a ser traços eticamente e esteticamente no processo de formação de seres que transcorrem desde a concepção de educação formal, "ao compromisso, à coerência, ao respeito profissional e à mudança, na busca de sujeitos conscientes de seu papel numa sociedade democrática." O procedimento desta moral se dá nos formatos da estética, no desempenho e na procura de todas os formatos de procedimento humano, sua perfeição estética adequada e o aprimoramento destas manifestações.

Paulo Freire (1996) defende que a perfeição não é prerrogativa de um grupo, mas uma edificação compartilhada por completos, precisando apoderar-se a cada período, a toda determinação, por meio de conhecimentos, modos adequados de inventar e recriar o mundo. Educar constitui o envolvimento do ensino é uma forma de interferência no mundo.

O ensino não pode ser neutro. Para Paulo Freire (1996), o centro de estimulação e da responsabilidade do conhecimento para a liberdade e a formação de indivíduo com pensamento próprio, para ter uma sistematização dentro da reflexão individual de cada ser.

O mediador como ser político, emotivo, pensante, não pode ser indiferente em seus modos, deve consecutivamente manifestar-se o que pensa, apontando diversas passagens, evitando conclusões, para que o educando escolha em qual acredita, com seus esclarecimentos, se responsabilizando pelas decorrências e edificando assim sua autonomia.

Dentro desse percurso, é necessário avaliar a autoridade e a liberdade, sendo que só se aprende a dialogar com o momento que se tem a sensibilidade de ouvir e refletir. Articulando que a atividade do educador é uma célula alegre por natureza, mas com uma concepção científica séria e com a perceptibilidade política dos docentes.

Consistir em exclusivamente a percepção de que homens e mulheres são seres "programados, mas para aprender", e portanto para educar, conhecer e

intervir, que faz o autor entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolver-se da autonomia de docentes e alunos, não somente transmissor do conteúdo, entretanto, redescobrimo, edificando e ressinificando, ou consistir em, dando um nova definição a essas informações, além de transcender e compartilharem de seus fatos históricas, pessoais, sociais e existenciais.

Atuamos em uma essência de pesquisa, cuja inquietação fundamental é a formação de professores, entendida como um método contínuo, isso dá início com a graduação, e se amplia por toda a vida profissional do professor. É relevante pensar e refletir sobre a forma da formação do professor, e é de suma importância esse processo do docente junto ao discente.

O desenvolver da busca de mais conhecimento traz a significância de ambos, sabe-se que é um processo complexo de ser adquirido, mas não pode deixar de traçar suas diretrizes, isso fará toda a diferença no processo de ensino e aprendizado.

De certo modo, percebe-se que o "formar" traz uma conotação extremamente imperial, que permite a representação social e cultural. É visível que a racionalidade técnica se faz presente dentro do contexto escolar. Assim o indivíduo passa a depender da troca do conhecimento do mediador, é preciso que o educando também busque seus conhecimentos contínuos para melhor eficácia da aprendizagem.

Entendemos que o termo "formar" traz uma conotação extremamente autoritária, que possibilita a reprodução social e cultural. É certo que não podemos negar a presença da racionalidade técnica nos esquemas de formação das instituições formadoras, mas que esse "formar" se dê num processo dialético, onde esteja imbricado o "formar-se", assim, o sujeito terá a consciência de tomar em suas mãos a responsabilidade de sua formação, isto é além daqueles subsídios propiciados pelas instituições formadas, deve buscar conhecimentos por sua própria conta e a partir de seus interesses específicos. (Ribas e Carvalho In. Queluz; Alonso, 2003, p.48 e 49)

O desenvolvimento processual do mediador se torna extraordinário nas diretrizes que está a percorrer para o desenvolvimento, e oportuniza práticas referentes aos processos educacionais, bem como as expressões alcançadas para as práticas desenvolvidas em sala de aula e em sociedade. De tal modo, nesse método de formação, os mediadores procuram, cada vez mais, ocasiões de novas estratégias para a educação.

A formação continuada colabora de maneira expressiva para o desenvolvimento da informação profissional do educador, cuja finalidade entre distintos, é promover as competências da reflexão sobre a própria prática educadora abrangendo um acordo coletivo. Partir-se dessa probabilidade, a formação continuada tem captação do ambiente excepcional, por aceitar o ajuntamento entre os métodos da modificação que se almeja promover na conjuntura da escola, e a reflexão propositada sobre as implicações destas modificações. À avaliação em que a formação continuada se torna um ponto decisivo para a busca de novas informações e técnicas para promover o processo ensino-aprendizagem.

É necessário que o professor tenha disponibilidade e atenção para estabelecer o espaço para a atuação do processo contínuo da formação. Culturalizar e atualizar o conhecimento traz para o mediador a segurança para fazer a mediação da informação dentro do ensino e da aprendizagem. A formação continuada do professor mostra a capacidade de inovar e recriar o ambiente e o conteúdo que está sendo demonstrado dentro do espaço escolar. Atuar no processo de mediação teve e tem suas complexibilidades que necessitam ser superadas cotidianamente.

O professor precisa se conscientizar que esse procedimento de mediação não é simplista, durante esse momento de atuação é surpreendido, é preciso estar preparado para a resolução dos impasses que surgem. A formação deve ser mais ativa no seu método e na sua técnica, admitindo manifestar-se os distintos momentos de sentimentos, para que os educadores possam aprimorar o diálogo, habituar-se nas criações educacionais e conduzir esse ensino aos discentes.

A formação continuada e a prática docente, tem sido primordial em debate da educação, e indispensável no alcance dos progressos na ação de ensino e aprendizagem. De tal modo, a primeira de formação, como a formação continuada, está no desafio da renovação.

O processo de aprendizagem contínua do professor tem uma dependência da estabilidade dele, sendo que as condições da realidade de vivência do mediador são precárias, o salário não corresponde com a necessidade do educador, isso é, um bloqueio para a formação contínua, os desafios são constantes. Dessa forma, se verifica a importância da ampliação de uma técnica flexível, consciente, que conteste às obrigações e aos méritos dos educandos.

3.2 A primeira etapa do trabalho: a elaboração do projeto do estágio supervisionado

No ano de 2018, na disciplina do 6º período do curso de Pedagogia, especificamente a disciplina de “Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, mediada pelo professor Dr. Marcio Antônio, da UFT, campus de Miracema. Já tinha escutado de colegas vários relatos de como seria o estágio, então logo criei uma perspectiva do que poderia ser apresentado na primeira aula.

De início já foi tudo diferenciado, geralmente os professores levam os acadêmicos até a escola para uma observação, após se ter uma ideia do que é a atuação em sala de aula, parte para a segunda etapa que é a construção dos planos de aula, e depois que prossegue com a regência.

Com a turma do 6º período do ano de 2018 não foi assim, o docente que supervisionava a turma teve outra metodologia que de início assustou a todos, criou um verdadeiro pânico naquela turma de vinte e dois alunos. Eu me desesperei e até pensei em desistir.

O professor começa a explicar como ocorreria o estágio daquele ano, de princípio ele dividiu a turma aleatoriamente numerando cada estagiário, em seguida, dividiu esses números entre os professores da escola, que foi direcionada para o estágio, no qual ficaria quatro alunos por turma sendo que dois acadêmicos atuariam no período matutino e dois no período vespertino.

O conteúdo ficou dividido em: um aluno trabalhava matemática e português, e o outro aluno trabalhava com ciências. Na semana seguinte, trocavam de conteúdo entre eles, sendo que todos teriam que trabalhar com três disciplinas. Sendo elas matemática, português e ciências.

Aquele momento foi de muita ansiedade e medo, uma mistura de sentimento e sensação. Pensava eu, “como vou adentrar em uma sala de aula pela primeira vez, e já de início começar a trabalhar com aquelas crianças”? O conteúdo não era o que me assustava, e sim, a forma que eu iria abordar, para que as crianças conseguissem entender o que eu queria passar.

No dia seguinte, o supervisor nos acompanhou até a respectiva escola para assim nos apresentar ao professor titular, e para repassar o conteúdo que seria trabalho nos próximos dias. Eu fui direcionada a sala do 3º ano para começar o trabalho com aqueles alunos. O que me deixou impactada foi quando a professora

titular me orientou dizendo que ali existia alunos que teria que ser trabalho conteúdo diferenciado, pois não estavam com o conhecimento que correspondia a série.

Ela fez a seguinte observação, é preciso trabalhar com esses alunos que se representava em um grupo de seis crianças, sendo que a totalidade da turma era de vinte e dois, porém, no dia só, estavam presente dezoito. O conteúdo era de iniciação de aprendizado, como o conhecimento do alfabeto, letras maiúsculas e minúsculas, e a pronúncia das sílabas.

Na semana seguinte, fomos para atuação da regência, minhas mãos suavam meu corpo tremia. O primeiro contato da atuação, não teve observação, isso me deixou insegura, pois ali eu estava vivendo um momento único, uma experiência que seria a primeira de muitas, ali trabalhei com aquelas crianças matemática e português e no segundo momento ciências.

É perceptível que a segurança do trabalho em sala de aula só se é possível atuando. A minha segunda atuação já não foi como a primeira. A terceira já estava bem mais segura, já não sentia tanto medo quanto a primeira, isso me deixou bem feliz quando terminei a terceira aula e percebi que a experiência que tínhamos trocado foi de grande valia.

3.3 Relatos dentro das salas de aula

Na turma do 3º ano, foi o meu primeiro contato com a regência dentro da cidade de Miracema do Tocantins. Entrando na sala, já percebi que a organização era feita de forma totalmente diferente, não era a tradicional fileira.

A professora titular já havia organizado a sala de quatro em quatro. Um pequeno detalhe me chamou a atenção, os alunos que tinham uma habilidade maior com o aprendizado sentavam-se juntos, e os que tinham dificuldades se sentavam juntos também, ou seja, era os “grupos dos que aprendiam e dos que não aprendiam”.

As mesinhas tinham o nome de cada criança, sendo que cada criança já sabia onde se sentar quando chegasse na sala de aula. A aula começa às 07:00hrs. Minha colega de curso inicia com a matemática, naquele dia ela começa a trocar de experiência com os alunos como fazer uma receita. Assim, ela dá início explicando quais são os primeiros passos para uma receita. No decorrer da aula, os alunos se

empolgam, pois é uma aula totalmente diferente. Ela deixa os alunos interagirem, permite que eles vão até a lousa para responder perguntas que ali estão.

Posso resumir que foi uma aula que incluiu todos que estavam ali, independente do diferencial de idade e conhecimento, os alunos se sentiram em uma turma. A estagiária continua a incentivar às crianças. Ela começou a medir as crianças, para eles foi um momento de distração, e continua a socialização entre eles.

Voltando ao conteúdo inicial, ela pede para que cada criança crie uma receita usando a criatividade, mas contendo todas as informações que ela havia transmitido de início. Foi aí que a imaginação fluiu, pois ela apresentou, que uma receita, tem gramas, colheres, e copos para medir os ingredientes.

Ali percebi que o professor tem que ter dedicação e muita força de vontade para atuar com os alunos. É muito gratificante ver nos olhos dos alunos o quanto eles ficam felizes quando o docente tira um tempinho para tirar uma dúvida de uma tarefa que eles estão realizando, e logo após, eles conseguirem concluir a tarefa, pra aquele aluno é uma conquista.

Na finalização da aula, ver que valeu a pena aquele momento que passamos juntos, e perceber que cada um daqueles alunos aprenderam um pouco do conteúdo, é gratificante. Me fez dedicar cada vez mais e mais, para que nos próximos encontros o rendimento do aprendizado seja ainda maior.

Esse foi um momento bem inovador dentro do âmbito de estágio supervisionado. Tivemos experiências incríveis e diferenciadas. O diferencial foi em trazer o novo, como por exemplo, o estágio e observação na aldeia, que foi uma vivência que enriqueceu os meus conhecimentos, e dos alunos indígenas também. Viver um momento na cultura oposta, me fez crescer como ser humano.

3.4 Segundo momento do estágio supervisionado

Nesse segundo momento, o orientador convocou os professores da escola urbana, para comparecerem no auditório da Universidade Federal do Tocantins, na cidade de Miracema. O principal intuito era fazer uma autoavaliação dos alunos que atuaram em sala ministrando a aula na escola.

Os professores titulares compareceram, e cada um deles relatou como foi o desenvolvimento de cada aluno durante o período que estiveram em sala de aula.

Enquanto isso, os acadêmicos estavam no plenário para ouvir o que esses professores tinham a dizer sobre a atuação deles.

Após esse momento, o professor supervisor fez suas considerações, ressaltando a importância do estágio dentro e fora da cidade. Como é rico esse processo de sair da escola urbana e se direcionar a escola indígena e de campo. Conhecer a diversidade das escolas nos faz crescer como profissionais.

Em seguida, deu continuidade ao processo de medição entre os titulares da escola e acadêmicos. Isso permitiu que alguns alunos pudessem relatar o que tinham vivenciado como regente, e o que foi observado dentro do âmbito escolar, sendo que o que foi de mais relevância se destaca na oportunidade de conhecer o novo, que ali se representa dentro do contexto indígena.

3.5 Observação e regência na escola do campo

O processo desenvolveu dentro do contexto rural. O professor supervisor nos direcionou a escola Boanerges Moreira de Paula, que está situada no assentamento Brejinho, município de Miracema do Tocantins, onde fomos duas vezes. A primeira, apenas para o conhecimento do local, ter o primeiro contato com as crianças e pegar o material com o professor titular para ministrar a aula na semana seguinte.

Já na semana seguinte, partimos em direção ao assentamento novamente. Ali, o grupo de estagiários foi dividido, onde ficaram seis alunos por turma. A sala que fui direcionada, era multisseriada, de quarto e quinto ano. Se faziam presente vinte e cinco alunos, e apenas um professor titular.

Nós, acadêmicas, nos dividimos, sendo que duas ficaram com matemática, duas com português, uma com história, e a outra com artes. Às 07:00hrs demos entrada na sala, e começamos a aula com português. Duas colegas começam com interpretação de texto. Elas levaram um texto com perguntas, e leram juntos com as crianças, onde deram às perguntas para eles responderem de acordo com o conteúdo que tinha sido apresentado. Após alguns minutos, foi corrigida as perguntas no quadro.

No segundo momento, começou a aula de matemática, onde foi trabalhado os números naturais. As colegas iniciam contando como surgiram os números e como era antes dos números. Após isso, direcionaram uma tarefa para os alunos, onde responderam juntos.

No decorrer da correção, percebi que, por causa da inexperiência da acadêmica, aconteceu um fato que me chamou a atenção. Na questão que estava sendo corrigida, era para escrever os números por extenso, então ela corrigiu no quadro a palavra “setecentos”. É fato que, o pouco tempo que é direcionado para sala de aula, não é o suficiente para os estagiários se sentirem seguros, sendo assim, acaba acontecendo erros que podem causar sérios danos no futuro de cada criança.

Então, o professor supervisor adentrou a sala, percebeu o erro, chamou a acadêmica, e mostrou que ela estava cometendo um equívoco na escrita. Percebi que ela ficou ainda mais nervosa, então ela foi corrigir a escrita, e quase não conseguia do tanto que a mão tremia.

O supervisor aproveitou esse momento e reforçou a atividade, escrevendo uma continuidade de números por extenso, para que os alunos entendessem realmente como se escreve os numerais. No decorrer desse processo, ele ultrapassou o horário da aula de história, e não foi possível ministrar a aula que a outra colega tinha planejado.

Então, já no último momento, era a aula de artes. A acadêmica se dedicou a ministrar como se faz dobradura, e ao final desse processo, se montar um cubo. Ela utilizou papel almaço e régua, e os alunos se empolgaram nesse processo. E mais uma vez, o tempo foi o inimigo do processo da docência. A acadêmica não conseguiu concluir o que foi planejado porque o horário se esgotou.

Foi visível no olhar das crianças a frustração por não ter o tempo necessário para a finalização do processo da atividade. Uma aluna de dez anos falou: “é muito triste, quando vem alguma coisa legal para essa escola e não temos tempo nem para acabar de fazer tia. A senhora podia vir aqui amanhã e ajudar a gente terminar. Fiquei agora foi curiosa para saber no que esses pedacinhos de papel iam dar, mas eu tenho fé que a senhora ainda vem aqui outra vez para ajudar eu terminar esse negócio bem aqui”.

3.6 Observação da escola indígena

Ao adentrar na escola da aldeia porteira, me senti em casa, pois a professora e o diretor me fizeram sentir assim, pela receptividade. Eles foram muito educados com o nosso grupo de estágio.

Às 07:00hrs, deu-se início a aula de língua indígena. Nesse dia foi apenas observação. Uma colega de sala de aula, aqui da Universidade Federal do Tocantins, que mora na aldeia, foi a que transmitiu o conhecimento da língua para as crianças.

Foi muito interessante esse processo de mediação do conhecimento. Ali ela começou a escrever no quadro como era o alfabeto dentro da cultura deles, pois ele não se compõe com todas as letras do “abc” tradicional.

Após esse momento, ela fez a leitura, e em seguida produziu uma tarefa na qual os alunos tiveram um momento diferenciado para a resposta. Percebi que alguns alunos foram para o canto da sala, sentaram-se no chão, e começaram a responder.

Passaram-se alguns minutos, e eles voltaram e se sentaram na cadeira novamente. Então a mediadora fez a correção no quadro, e eles fizeram no caderno a correção.

Um momento que me chamou bastante atenção, é que um aluno pode entrar em outra sala a qualquer momento da aula sem ser interrompido. Por exemplo, uma criança do primeiro ano pode entrar na sala do terceiro, ou vice-versa.

É interessante esse processo de socialização. Eles se sentem acolhidos por todos, independentemente da idade ou da respectiva série. Outro momento rico em detalhes, foi quando um pai, ou avô de aluno, foi à escola. Eles têm livre acesso de adentrar a sala, e ficar o tempo que quiserem ali assistindo a aula.

A importância e o carinho que os funcionários da escola deram à turma do 6º período de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, foi simplesmente ímpar, e sei que ficou marcada na vida de cada acadêmico desse período.

3.7 O valor do estágio para o desempenho do futuro educador

É necessário reconhecer, que ainda é transmitido dentro da Universidade Federal do Tocantins, um conhecimento voltado com mais intensidade apenas para a teoria, mas, ao mesmo tempo, nos oferece a oportunidade de exercer a prática dentro das escolas municipais e estaduais, e dentro e fora da cidade.

É no estágio supervisionado que adquirimos o reconhecimento das deficiências do aprendizado dentro da sala de aula. É nesse espaço que nos

deparamos com a real situação da educação, é nesse processo que é proporcionado a reflexão.

O trabalho vai ser apresentado de acordo com as observações que tivemos em sala de aula, e com regência, dentro dos meses de outubro de 2018, à abril de 2019, sendo que, houve um intervalo no mês de dezembro de 2018. O assunto abordado mostrará a importância do estágio para a formação dos acadêmicos.

A seriedade do estágio curricular obrigatório, para o desenvolvimento acadêmico, é inquestionável. Destacando este período, assim, como um desenho mais eficaz de incluir teoria e prática, contextualizando as informações de uso geral na graduação.

O curso de pedagogia ainda tem uma consideração bem elevada para a teoria, pois no decorrer de quatro anos e meio de formação, apenas seis meses são dedicados exclusivamente para a sala de aula.

Por causa dessa realidade, é possível perceber que quando chegamos em uma sala de aula, no decorrer da formação nos sentimos perdidos. É a partir dessa realidade que nos questionamos se estamos aptos para atuar na sala como professor.

A sala de aula é o lugar crucial para conhecer o problema da aprendizagem e analisar o que pode ser feito para a melhoria das dificuldades de cada aluno, pois percebemos no decorrer da regência que a um diferencial de conhecimentos entre eles muito grande. Há criança no quarto ano que ainda não conhece o alfabeto, não sabe identificar as vogais e as consoantes, então é necessário ter uma dinâmica e tarefas diferenciadas para suprir a necessidade de cada aluno.

Dentro desse processo de diferencial de aprendizado na sala de aula, acaba acarretando o professor, sendo que, dentro dessa respectiva sala não há outro educador para auxiliar o professor titular, desse modo, é necessário que o professor haja de uma forma bem dinamizada para conseguir corresponder a dificuldade de cada criança.

E é nesse campo da sala de aula que o professor precisa inovar e se reinventar todos os dias para ter um resultado eficaz dentro da sala. O conhecimento do problema, e a resolução dele, só é possível vivenciando no dia a dia dentro da escola.

As atividades desenvolvidas dentro da sala de aula servem como base inicial da profissão. A atuação pedagógica é de suma importância na formação de cada

criança, sendo que é dentro da sala de aula que a criança fundamenta os conhecimentos que foram apresentados junto aos familiares.

A ciência que permeia entre professor e aluno, traz a formação de cidadão crítico, e uma reflexão para cada aluno. O estágio supervisionado traz um conhecimento prévio para o acadêmico que está em processo de formação, sendo assim, o estagiário acaba fazendo parte da formação da identidade de cada aluno que está presente em sala.

O momento da atuação do estágio supervisionado é aguardado com ansiedade pelo formando, pois é uma mistura de sentimento de medo, apreensão, e ao mesmo tempo, um sentimento de realização de conquista, sendo que ali está se completando mais uma parte importantíssima do processo da formação.

O sentimento negativo se apresenta por causa das barreiras que se apresentam, pois nós não temos o conhecimento necessário ainda. Ficamos inseguros. Sabemos que a estabilidade só vem com a atuação diária dentro da respectiva profissão.

O estágio supervisionado, e a observação, são os principais contatos do formando com a profissão a ser seguida. Examinar o cotidiano de cada aluno dentro da sala, nos faz entender os pontos positivos e os negativos do aprendizado de cada educando, sendo assim, nos permite refletir sobre os pontos negativos para trazer condições para o processo de ensino-aprendizado de cada indivíduo.

A aprendizagem de cada educando é desafiadora dentro da sala de aula, sendo que, é possível encontrar diversos níveis de aprendizagem, nesse processo é de total significado acompanhar o desenvolvimento de cada um.

É necessário que o formando conheça a realidade de cada educando, só assim, será capaz de entender o real problema da dificuldade de aprendizagem, e assim desenvolver um processo transformador do aprendizado.

Quando entramos dentro da sala de aula o impacto é grande, pois já idealizamos uma forma de trabalhar em sala com os alunos. Ao adentrar, percebe-se que já existe uma realidade emergida dentro do contexto escolar.

Um dos impactos mais elevados, são os diferenciais de aprendizado de acordo a série respectiva de cada aluno. A realidade das instituições educacionais da nossa cidade, infelizmente se representa com essa deficiência. Na problematização de uma sala de quarto ano, ainda existem crianças que estão no processo de alfabetização.

A educação precisa da parceria com a sociedade, família e escola. A finalidade dessa junção é almejar e formar cidadão crítico, porque a educação é associação do cuidar e educar, e é de suma importância ter esse olhar conjunto para a criança.

Ninguém escapa de uma educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola. De um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaço da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (LIBÂNEO, 2004, p.25-26).

Segundo Barros (2018), a educação só tem um impacto positivo na vida de cada educando se a sociedade da política social se disponibilizar. Com o seu papel dentro de uma cultura ou sociedade que está com deficiência incluso do âmbito escolar, é possível perceber que a educação não é levada tão a sério, por esse motivo, acaba deixando lacunas que causam sérios problemas dentro da sala de aula, e afetando os educandos no aprendizado.

A percepção no conteúdo de Barros é que, por ter uma alfabetização sem reprovação, professor e alunos dos anos iniciais, tem uma leitura e uma escrita sem repetência, portanto, acaba afetando os anos fundamentais, pois as crianças não têm a preparação necessária para um processo de inclusão do aprendizado.

No terceiro ano do ensino fundamental, já é possível a reprovação por falta de corresponder às expectativas do aprendizado, assim, o aluno já está em uma idade mais avançada entre os 7 a 14 anos. Mediadores fogem dessas turmas, e esse grupo são repassados a pessoas menos experientes, nesse procedimento, os alunos são os maiores prejudicados.

O 3º ano do fundamental costuma ser o primeiro em que os professores podem reprovar seus alunos [...]. Resultando: salas de aulas com crianças cuja idade varia de 7 a 14 anos. Os professores naturalmente, fogem dessas turmas, que acabam ficando nas mãos dos menos experientes e muitas vezes menos capacitados para lidar com elas. (BARROS, 2018, p.40 e 41).

A educação foi um processo muito restrito, apenas a classe dominadora poderia obter um ensino de qualidade, sendo que, a maioria da população era menos favorecida. No século XX a educação era um privilégio, e o acesso ao conhecimento era limitado.

A educação passou por um processo de comercialização, sendo que, uma parte da população não poderia ter o acesso devido. O ensino passou por reformulação, mesmo assim ainda é precário.

O fato é que, boa parte do XX, acesso à educação era para poucos [...] educação foi um privilégio pela maior parte do século XX, não um direito. A escola era muito mais excludente do que inclusiva, como mostra a política da repetência. [...]. Por sua vez as provas de seleção para o ginásio garantiam que só os melhores alunos (os ricos) conseguiam avançar, fazendo assim uma verdadeira peneira. Para termos escolas públicas de qualidade é preciso ter coragem. (BARROS, 2018, p. 76).

Por causa da falta de informação e conhecimento, uma parte da população brasileira na década de 1870, não poderia exercer nem mesmo o direito do voto. A constituição proibia o poder de eleger senadores e deputados para essa parcela da população que eram analfabetos. O Brasil é apresentado com um diferencial de porcentagem grande, entre crianças que frequentam a escola, e as que não frequentam.

Essa explicação pode servir também para esclarecer por que em 1920 o Brasil tinha 147 crianças na escola e o México 231, o Chile 422, a Argentina 548 e os países anteriormente citados já haviam ultrapassado setecentas. A questão é que apenas 11% da população total do Brasil tinha direito ao voto na década de 1870- naquela época, votava –se para eleger senador e deputado[...]. A constituição de 1891 proibia que analfabetos voltasse o que vigorou por quase cem anos, até 1986, e certamente contribuiu para que o analfabetismo aos poucos foi diminuísse (por remendo constitucional, os analfabetos votaram pela primeira vez em 1986, mas o direito só foi assegurado de fato na constituição de 1988). (BARROS, 2018, p. 64).

Para chegar ao objetivo da eficácia do ensino, é preciso ter dedicação. A desqualificação do profissional precisa ser abolida, ter um olhar mais atento e um processo seletivo com mais qualidade voltado para o conhecimento do profissional, e ter a investigação se ele está apto a ocupar o papel de educador.

Junto a essas dificuldades, da profissão de pedagogo, como a de professor, tem sido abalada por todos os lados: baixos salários, deficiência de formação, desvalorização profissional implicando baixo status social e profissional, falta de condições de trabalho, falta de profissionalismo etc. Esses fatores, por sua vez rebatem na desqualificação acadêmica da área, fazendo com que docente e pesquisadores de outras áreas desconheçam a especificidade da Pedagogia embora a critiquem. (LIBÂNEO, 2004, p.25-26).

Segundo Libâneo (2004), a desmotivação e o não reconhecimento da profissão, acarreta o processo de ensino- aprendizagem. É perceptível que a docência

tem sido afetada por diversos motivos, dentro dessas dificuldades que a educação enfrenta, é preciso ressaltar que o aprendizado ainda é o primordial na vida de cada indivíduo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões permitem perceber que o processo de ensino e aprendizagem no estágio supervisionado do curso de pedagogia, se dá de maneiras diversas, levando-se em conta as características e contextos próprios de cada localidade, mas sempre seguindo planejamentos e organização processual, levando em conta a formação de profissionais que tenham a capacidade e raciocínio crítico de tomada de decisões e autonomia no seu aprendizado.

Quando pensamos na profissão do pedagogo, é de suma importância que este futuro profissional, ao longo de sua formação, tenha vivenciado momentos teóricos e práticos, para que compreenda como a teoria é posta na prática e, principalmente, desenvolva habilidades inerentes ao exercício da docência considerando o contexto complexo no qual ocorrem os fenômenos educativos.

Foram destacados também que, são vários os desafios e perspectivas para atuar na educação infantil, uma fase tão importante e única do ser humano. Os desafios passam por problemas das instituições de ensino, das escolas, dos estágios, de metodologias aplicadas, do tempo de estágio que é considerado pequeno, visto a magnitude da primeira experiência em sala de aula, e com um grupo de alunos tão específico e singular na sua constituição como a criança.

Nesse sentido, as estratégias de aprendizagem desenvolvidas pelos discentes e docentes, na sua maioria, foram direcionadas a um fazer pedagógico centrado no aluno, em uma perspectiva interacionista, fazendo o aluno integrar teoria e prática na intenção da construção do conhecimento e da experiência concreta.

Foi identificada também, a consonância do processo de ensino e aprendizagem com as diretrizes curriculares dos cursos de Pedagogia, e demais legislações, atendendo às exigências legais do curso. Percebeu-se que ainda tem muito o que ser estudado, e principalmente que a partir desses estudos, sejam propostas melhorias para a educação, e em especial, o estágio supervisionado, para que cada vez mais os alunos tenham experiências exitosas a partir de planejamentos e metodologias que possam embasar e estimular esse aluno a seguir na sua formação com segurança, e principalmente capacidade de desenvolver um trabalho técnico, científico, mas acima de tudo, humano e integral de formação

profissional. É o que a sociedade espera, profissionais cada vez mais habilitados a desenvolver um trabalho de categoria.

REFERÊNCIAS

BARROS, Daniel. **País mal-educado**: por que se aprende tão pouco nas escolas brasileiras? Rio de Janeiro: Record, 2018, 307 p.

BRASIL. **Constituição (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **LEI 12.796 de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> htm. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 set.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Cortez, 1999. Biblioteca da educação. Serie 1. Escola; v.14.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: Princípio Científico e Educativo. 6ª ed. São Paulo, 1941.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a práticas educativas. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

ISHIKAWA, Raquel. **Escola e heterogeneidade**: contribuições para pensar práticas Pedagógicas diferenciadas. Rio Claro: [s.n.], 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Marcia Batista de. **Formação de professores**: a importância da articulação entre a teoria e a prática na graduação em pedagogia. Miracema do Tocantins, 2021.

PIMENTA, S. G. **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996. 255p.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Queluz, Ana Gracinda; Alonso, Myrtes. **O trabalho docente: teoria e prática.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SANTOS, Marcos Pereira dos; Leal, Ideilton Alves Freire. **Formação de professores e profissão docente no Brasil:** aspectos históricos, tendências e inovações / organização. Campina Grande: Editora Amplla, 2022. 501 p.

SILVA, Erika Miranda da; SANTANA, Karen Moreira; DALMASO, Mariana Amorim. **A relevância da formação inicial e continuada em pedagogia para o docente.** Faculdade da Serra, 2014. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/a-relevancia-da-formacao-inicial-e-continuada-em-pedagogia-para-o-docente.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.